

Relatório da administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos semestres de 30 de junho de 2018 e 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No semestre findo em 30 de junho de 2018 a Corretora apresentou lucro de R\$ 5 milhões, sendo que no semestre anterior apresentou lucro de R\$ 12 milhões.

Índice de Basileia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central

do Brasil. Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17%.

Gerenciamento de Risco

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional da Corretora são efetuados por área independente de forma consolidada. O relatório da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível na sede da Corretora.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

A Diretoria

Balanços patrimoniais

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
Circulante	251.983	283.724	Circulante	3.413	10.195				
Disponibilidades	13	7	Outras obrigações	3.413	10.195				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	248.644	271.513	Fiscais e previdenciárias	3.374	10.156				
Aplicações no mercado aberto	1.253	8.905	Diversas	39	39				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	247.391	262.608	Exigível a longo prazo	23.981	22.186				
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	2.085	6.840	Outras obrigações	23.981	22.186				
Vinculados a prestação de garantias	2.085	6.840	Fiscais e previdenciárias	929	-				
Outros créditos	1.239	5.327	Diversas	23.052	22.186				
Diversos	1.239	5.327	Patrimônio líquido	304.261	284.378				
Outros valores e bens	2	37	Capital:						
Despesas antecipadas	2	37	De domiciliados no exterior	169.342	152.872				
Realizável a longo prazo	79.672	32.969	Reservas de lucros	129.932	119.709				
Outros créditos	79.672	32.969	Lucros acumulados	4.987	11.797				
Diversos	79.672	32.969							
Permanente	-	66							
Investimentos	-	66							
Outros investimentos	-	66							
Total do ativo	331.655	316.759	Total do passivo	331.655	316.759				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social		Aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado			Estatutária	Legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	152.872	-	-	104.422	14.666	-	271.960
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.418	12.418
Destinações:							
Reservas	-	-	-	621	(621)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	152.872	-	-	104.422	15.287	11.797	284.378
Saldos em 31 de dezembro de 2017	152.872	-	16.470	113.755	16.177	-	299.274
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.987	4.987
Destinações:							
Aumento de capital	16.470	(16.470)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	169.342	-	-	113.755	16.177	4.987	304.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 a Corretora não possui títulos classificados como disponível para venda e mantidos até o vencimento.

d) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a variação de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período entre 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015 e a partir de 01 de setembro de 2015 a 20%, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. A majoração da alíquota aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

f) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional são efetuados por área independente de forma consolidada, como segue:

Risco operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos por sua controladora ING Group (Amsterdã - Holanda). A Administração da Corretora participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Corretora. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 e 3.476/09 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

5 Caixa e Equivalente de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	13	7
Aplicações no mercado aberto	1.253	8.905
Caixa e equivalentes de caixa	1.266	8.912

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 1.253 (R\$ 8.905 em 2017) e certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 247.391 (R\$ 262.608 em 2017) com vencimento de três a doze meses.

7 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre 2018	Semestre 2017
Receitas da intermediação financeira	7.752	14.976
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.752	14.976
Resultado bruto da intermediação financeira	7.752	14.976
Outras receitas/despesas operacionais	1.172	(1.180)
Outras despesas administrativas	(347)	(691)
Despesas tributárias	(373)	(1.123)
Outras receitas operacionais	2.261	1.316
Outras despesas operacionais	(369)	(682)
Resultado operacional	8.924	13.796
Resultado não operacional	-	8.816
Resultado antes da tributação sobre o lucro	8.924	22.612
Imposto de renda e contribuição social	(3.937)	(10.194)
Provisão para imposto de renda	(1.836)	(5.578)
Provisão para contribuição social	(1.478)	(4.472)
Ativo fiscal diferido	(623)	(144)
Lucro líquido do semestre	4.987	12.418
Quantidade de ações	91.158.530	86.256.718
Lucro por lote de mil ações - R\$	58	144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Semestre 2018	Semestre 2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	4.987	12.418
Lucro líquido	4.987	12.418
Variação de ativos e obrigações	(4.382)	(5.466)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.461)	12.590
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	2.003	(51)
(Aumento) Redução em outros créditos	3.158	(2.583)
(Aumento) em outros valores e bens	6	(37)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(7.088)	(15.385)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	605	6.952
Atividades de investimentos		
Alienação em investimentos	-	192
Caixa líquido originado em atividades de investimento	-	192
Atividades de financiamento		
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	605	7.144
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	661	1.768
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.266	8.912
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	605	7.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2018		2017	
	Até 3 meses	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado
Vinculados à prestação de garantias				
Outros	2.085	2.085	2.085	6.840
	2.085	2.085	2.085	6.840

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2018 e 2017.

8 Outros créditos - Diversos

Créditos diversos	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários	-	-	-	72
Impostos a compensar	1.239	1.661	5.327	1.380
Depósitos judiciais (Nota 10c)	-	78.011	-	31.517
Total	1.239	79.672	5.327	32.969

9 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	60	-	10.156	-
Imposto de renda e contribuição social	3.314	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	-	929	-	-
Total	3.374	929	10.156	-

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>

continua...

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Corretora possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 45.168 (R\$ 38.898 em 2017). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.747 (R\$ 5.509 em 2017). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 17.121 (R\$ 7.985 em 2017).

c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 45.168, depósito feito em 2017, IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.145 (R\$ 16.529 em 2017), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.747 (R\$ 5.509 em 2017), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.797 (R\$ 2.666 em 2017), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.683 (R\$ 2.546 em 2017) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.192 (R\$ 3.996 em 2017). O saldo remanescente de R\$ 279 (R\$ 271 em 2017) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

11 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Corretora não possui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL em 2018 (R\$ 72 em 2017).

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Corrente				
Resultado antes dos impostos	8.924	8.924	22.612	22.612
Adições (exclusões) temporárias	(1.557)	(1.557)	(168)	(168)
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósitos judiciais	(1.560)	(1.560)	(365)	(365)
Ajuste de MTM sobre títulos públicos	2	2	5	5
Outras adições	-	-	192	192
Adições (exclusões) permanentes	25	25	(83)	(83)
Exclusão sobre dividendos	-	-	(107)	(107)
Adições indedutíveis diversas	25	25	24	24
Base tributável	7.392	7.392	22.361	22.361
Imposto de renda/contribuição social (alíquota de 15% IR e 20% CS)	(1.109)	(1.478)	(3.354)	(4.472)
Adicional de imposto de renda (alíquota de 10%)	(727)	-	(2.224)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.836)	(1.478)	(5.578)	(4.472)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisões não dedutíveis temporariamente	(1.557)	(976)	(168)	(168)
Base tributável diferida	(1.557)	(976)	(168)	(168)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(389)	(234)	(90)	(54)

12 Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos correspondentes em 30 de junho de 2018 e 2017 estão demonstrados como segue:

	2018	2017
Ativo e (passivo)		
Depósitos bancários	1	1
Aplicações em depósitos interfinanceiros	247.391	262.608
Aplicação em operações compromissadas	1.253	8.905
Receitas e (despesas)		
Rendas de aplicações em operações compromissadas	36	185
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	7.618	14.406
Outras despesas administrativas	(157)	(157)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo em condições e taxas de mercado vigentes na data, conforme Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

13 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 169.342 e está representado por 91.158.530 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 45.579.265 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado aumento do capital de R\$ 16.470, mediante subscrição de 4.901.812 novas ações nominativas, sem valor nominal e não conversível em outras formas, homologado pelo Banco Central em 16 de abril de 2018.

14 Informações adicionais

a) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2018, o valor do índice de Basileia era de 17% (28% em 2017).

b) Em 30 de junho de 2018 e 2017 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

c) Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R\$ 24 (R\$ 23 em 2017), despesas de comunicações R\$ 32 (R\$ 32 em 2017), despesas com convênio R\$ 157 (R\$ 157 em 2017), despesas com publicações oficiais R\$ 41 (R\$ 45 em 2017), e outras despesas administrativas no montante de R\$ 93 (R\$ 233 em 2017).

d) Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 1.928 (R\$ 1.131 em 2017), receita e atualização monetária de créditos a compensar Finsocial R\$ 287 (não havia em 2017) e outras receitas operacionais no montante de R\$ 46 (R\$ 78 em 2017).

e) Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R\$ 369 (R\$ 682 em 2017).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>